

»»» Continuação

TANAC S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas 31 de Dezembro de 2025 e 2024 - (Em milhares de reais - R\$)

17. Adiantamento de clientes:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Clientes Nacionais – Madeira	-	-	71.177	110.088
Clientes Nacionais – Imobilizado	86.008	-	-	-
Clientes Nacionais – Outros	340	87	838	122
Clientes Exportação	760	1.662	760	1.662
Total	87.108	1.749	72.775	111.872
Passivo circulante	87.108	1.749	4.870	69.820
Passivo não circulante	-	-	67.905	42.052
Total	87.108	1.749	72.775	111.872

Os adiantamentos de clientes referem-se aos valores recebidos antecipadamente por produtos que ainda não foram entregues até a data do encerramento do exercício. A Companhia recebeu a antecipação de R\$ 86.008 relativo à operação de venda de propriedades rurais de sua controlada Tanagro S.A. Em Recuperação Judicial (Nota 23). Estes recursos foram repassados pelo cliente para a liquidação de empréstimos, onde a controlada cedeu suas propriedades rurais em garantia. Visto que os valores foram recebidos na Companhia referente a um saldo a receber da controlada, no consolidado os valores são eliminados. Em 27 de agosto de 2024 a controlada firmou contrato de compra e venda de madeira de acácia com empresa produtora de celulose, para 2 ciclos florestais de acácia de até 7 anos cada ciclo. A madeira referente aos valores de adiantamentos de longo prazo, no montante de R\$ 67.905 (R\$ 42.052 em 2024) serão liquidados após colheita das florestas plantadas a partir de 2024, a qual ocorrerá entre 2030 e 2031.

18. Provisão para litígios: A Companhia é parte em ações judiciais perante vários tribunais, decorrentes do curso normal das operações. A Companhia com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes constituiu provisão para litígios no ano: R\$ 6.419 na controladora e R\$ 8.916 no consolidado (R\$ 200 na controladora e consolidado em 31 de dezembro de 2024). Este aumento significativo na provisão de litígios com perda provável está diretamente relacionado ao agravamento da situação econômico-financeira do grupo, detalhada na Nota 1, principalmente em virtude do encerramento das atividades nas unidades de Cavacos e Pellets. A Companhia possui outros processos avaliados pelos assessores jurídicos de risco possível no montante de R\$ 25.339 na controladora (R\$ 12.497 em 31 de dezembro de 2024) e R\$ 28.375 no consolidado (R\$ 21.033 em 31 de dezembro de 2024), para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

19. Patrimônio líquido: a) *Capital social*: É dividido em 1.200.000 ações ordinárias, sem valor nominal. b) *Reserva de lucros*: A reserva de lucros é composta por: • Reserva legal: constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. • Reserva estatutária denominada "Reserva de investimento e capital de giro": tem por finalidade assegurar investimentos em bens de ativo imobilizado e acréscimo do capital de giro, sendo constituída pela destinação de lucros e limitando-se em conjunto com demais reservas de lucros ao valor do capital social. c) *Ajustes de avaliação patrimonial*: A reserva para ajustes de avaliação patrimonial inclui: • Ajustes por adoção do custo atribuído do ativo imobilizado na data de transição, representando, em 31 de dezembro de 2025, o valor de R\$8.704 (R\$8.894 em 31 de dezembro de 2024). • Porção efetiva no valor justo dos instrumentos de "hedge" de fluxo de caixa, representando, em 31 de dezembro de 2025, uma estimativa de R\$ 136 de perda (R\$ 32.636 de perda em 31 de dezembro de 2024). • Os valores registrados em ajustes de avaliação patrimonial são reclassificados para o resultado do exercício integral ou parcialmente: (i) em relação ao custo atribuído do ativo imobilizado, quando da realização ou alienação dos bens a que elas se referem; e (ii) em relação aos instrumentos de "hedge", quando da liquidação dos respectivos contratos. d) *Dividendos*: O estatuto social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro do exercício. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024 a Companhia não provisionou Dividendos em virtude do prejuízo incorrido nestes exercícios.

20. Receita líquida de vendas: A seguir a conciliação entre as receitas bruta para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração de resultado do exercício:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita bruta fiscal	260.726	213.149	375.943	324.258
Instrumentos financeiros derivativos	4.325	10.487	4.325	10.487
Menos:				
Impostos e deduções de vendas	(21.852)	(21.281)	(25.125)	(23.978)
Total da receita líquida de vendas				
das operações continuadas	243.199	202.355	355.143	310.767
Total da rec. líquida de vendas das oper. descontinuadas – Nota 8	3.277	280.776	3.277	280.776
	246.476	483.131	358.420	591.543

21. Despesa por natureza:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Despesas com vendas:	(24.059)	(27.336)	(26.170)	(29.965)
Despesas com pessoal	(3.123)	(663)	(3.330)	(806)
Manutenção	(709)	(588)	(751)	(630)
Serviços	(27.815)	(56.196)	(71.128)	(89.871)
Depreciação	(6.503)	(3.614)	(6.817)	(3.833)
Gerais	(15.990)	(11.687)	(21.272)	(13.698)
Total	(78.199)	(100.084)	(129.468)	(138.803)
Das operações em continuidade	(29.201)	(22.849)	(65.091)	(48.729)
Despesas Comerciais	(36.141)	(20.449)	(51.520)	(33.288)
Despesas Administrativas	(65.342)	(43.298)	(116.611)	(82.017)
Total das operações em continuidade	(65.342)	(43.298)	(116.611)	(82.017)
Das operações descontinuadas	-	(32.873)	-	(32.873)
Despesas Comerciais	(12.857)	(23.913)	(12.857)	(23.913)
Despesas Administrativas	(12.857)	(56.786)	(12.857)	(56.786)
Total das operações descontinuadas	(12.857)	(56.786)	(12.857)	(56.786)
Total de despesas comerciais	(29.201)	(55.722)	(65.091)	(81.602)
Total de despesas administrativas	(48.998)	(44.362)	(64.377)	(57.201)
Total	(78.199)	(100.084)	(129.468)	(138.803)

22. Resultado financeiro:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Despesas financeiras:	(74.428)	(68.805)	(89.745)	(76.495)
Juros s/financiamentos	(15.496)	(75.465)	(23.010)	(90.547)
Variação cambial				
Resultado de instrumentos financeiros	(23.674)	(50.968)	(23.674)	(50.968)
Outras despesas financeiras	(9.261)	(4.119)	(12.071)	(6.257)
Despesas financeiras das operações em continuidade	(122.859)	(199.357)	(148.500)	(224.267)
Despesas financeiras das operações descontinuadas	-	(29.557)	-	(29.557)
Total das despesas financeiras	(122.859)	(228.914)	(148.500)	(253.824)
Receitas financeiras:				
Rendimentos de aplicações financeiras	405	3.448	1.943	3.926
Variação cambial	22.519	53.815	30.099	56.026
Resultado de instrumentos financeiros	20.103	58.486	20.103	58.486
Outras receitas financeiras	258	1.093	285	87
Receitas financeiras das operações em continuidade	43.285	116.842	52.430	118.525
Receitas financeiras das operações descontinuadas	-	-	-	-
Total das receitas financeiras	43.285	116.842	52.430	118.525
Resultado financeiro das operações em continuidade	(79.574)	(82.515)	(96.070)	(105.742)
Resultado financeiro das operações descontinuadas	-	(29.557)	-	(29.557)
Resultado financeiro total	(79.574)	(112.072)	(96.070)	(135.299)

23. Outras receitas operacionais:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ganho na alienação de bens do imobilizado	66.002	-	292.693	873
Perdas de ativos biológicos	-	-	(3.697)	-
Recuperação créditos tributários	3.945	10.497	6.752	12.094
Perda sinistro enchente	(1.891)	(20.125)	(1.891)	(20.125)
Outros	462	(534)	(1.936)	(180)
Outras receitas (despesas) operacionais	68.518	(10.162)	291.921	(7.338)
Outras despesas operacionais das oper. descontinuadas – Nota 8	(70.445)	(33.872)	(70.445)	(33.872)
Outras receitas (despesas) operacionais	(1.927)	(44.034)	221.476	(41.210)

A Companhia e sua controlada Tanagro S.A. Em Recuperação Judicial efetuaram a venda, no ano de 2025, de propriedades rurais para um dos maiores players mundiais de celulose. Na controladora, foi vendida propriedade rural com 2.034 hectares, gerando uma receita de R\$ 67.696. Na controlada houve a alienação de um total de 11.884 hectares de terras, representando uma receita de R\$ 253.711. Em 31 de dezembro de 2025, a controlada apresenta saldo de R\$ 92.328 a receber do cliente, condicionado aos trâmites de registro de alguns destes imóveis, o que ocorreu no mês de março de 2026. Conforme consta na nota explicativa 12, foi realizado arrendamento de 5.644 hectares de efetivo plantio de florestas das terras vendidas conforme definições de contratos mencionadas em tal nota explicativa.

24. Partes relacionadas:

Os principais saldos de ativos e passivos, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações com a entidade controlada realizadas com base em preços e condições específicas negociadas entre as partes.

Tanagro S.A. Em Recuperação Judicial:

	31/12/2025	31/12/2024
Ativo Circulante: contas a receber (NE5)	295	3.728
Passivo Circulante: fornecedores (NE13)	(50.686)	(11.804)
Passivo Circulante: adiantamentos de clientes (NE17)	(86.008)	-
Passivo Não-Circulante: Contratos de mútuos a pagar	(55.184)	-
Compras	50.943	65.898

A Companhia apresenta um contas a pagar de R\$ 50.686 (R\$ 11.804 em 2024) junto à sua controlada, originado a partir das aquisições de produtos florestais no curso normal das atividades. Adicionalmente, há um débito de R\$ 86.008 a liquidar junto à controlada relativo à operação de venda de propriedades rurais (NE23). A Companhia recebeu estes recursos mediante repasse do cliente para a liquidação de empréstimos, onde a controlada cedeu suas propriedades rurais em garantia. A Companhia possui contratos de mútuo financeiro com sua controlada, com o objetivo de otimizar a gestão de caixa do grupo, evitando custos burocráticos e taxas excessivas que seriam incorridas em captações de mercado junto à instituições financeiras. Todas as transações de mútuo foram realizadas sob condições acordadas entre as partes, sendo a remuneração de Selic mais 2% ao ano, sem constituição de garantias ou fianças. O saldo de R\$ 55.184 das operações de mútuo está atualizado pelos juros incorridos até 31 de dezembro de 2025, e a amortização dos valores é por prazo indeterminado, considerando o plano de recuperação judicial, sendo classificados no Ativo Não Circulante. O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros e diretores e membros do Comitê Executivo. A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da administração, pelos serviços prestados considerando salários, encargos e benefícios representa R\$ 3.581 (R\$ 3.773 em 31 de dezembro de 2024) na controladora e R\$ 3.992 (R\$ 5.220 em 31 de dezembro de 2024) no consolidado.

25. Instrumentos financeiros: Visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança, a contratação de instrumentos financeiros tem o objetivo de proteção sendo realizada por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a Administração da Companhia pretende cobrir (câmbio, taxa de juros etc.). A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Instrumentos de "hedge": A Companhia utiliza operações denominadas de NDF e Opções Zero Cost Collar, sem fins especulativos, até o limite preestabelecido pela administração de 100% da expectativa de venda para o próximo exercício e de até 100% do faturamento para os horizontes de 13 a 24 meses, representando, em 31 de dezembro de 2025, 17% da expectativa de vendas para os próximos dois períodos (48% em 31 de dezembro de 2024). As liquidações ocorrem no prazo máximo de 24 meses.

"Hedge" de fluxo de caixa

	Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024
Valor contratado	46.427	305.371
Valor justo das operações	46.770	354.819
Valor a (pagar) receber	(343)	(49.448)
Designação de Hedge	(1.426)	(27.760)
Ajuste valor justo instrumento financeiros	-	21.154
Valor a (pagar) receber	(1.769)	(56.054)
Ativo circulante	-	18.499
Passivo circulante	(1.769)	(37.504)
Passivo não circulante	-	(37.049)

O valor justo das operações de "hedge" é avaliado mensalmente, sendo determinado pela marcação ao mercado à cada instrumento de "hedge".

26. Gerenciamento de risco financeiro: Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras. Identificação e valorização dos instrumentos financeiros: A Companhia avaliou seus ativos e passivos em relação aos valores de mercado/realização, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação estabelecidas pela Administração. Entretanto, tanto a interpretação dos dados de mercado quanto a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e razoáveis estimativas para produzir o valor de realização mais adequado. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis se aproximam dos valores justos. Estrutura do gerenciamento de risco: a) *Risco de crédito*: Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes e em títulos de investimento. A exposição ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características financeiras de cada cliente, assim como o segmento econômico e a demografia (país, região de atuação). A Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco. b) *Risco de liquidez*: Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista

ou como outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencimento, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação. c) *Risco de mercado*: Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros, têm nos ganhos da Companhia. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. d) *Risco de moeda*: A Companhia está sujeita ao risco de moeda nas vendas, compras e empréstimos denominados em uma moeda diferente da moeda funcional da Companhia. A principal moeda na qual estas transações são denominadas é o dólar norte-americano (US\$). Juros sobre empréstimos são denominados na moeda do empréstimo. Em geral, empréstimos são denominados em moeda equivalente aos fluxos de caixa gerados pelas operações básicas. Isso proporciona uma proteção econômica sem a contratação de derivativos. Com relação a outros ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, a Companhia mantém exposição cambial líquida a um nível aceitável, representando 3% da expectativa de vendas externas para os períodos de realização e amortização dos ativos e passivos em moeda estrangeira. Análise de sensibilidade das variações na moeda estrangeira: A Companhia possui exposição a variações de moeda estrangeira principalmente decorrentes de financiamentos. A análise de sensibilidade efetuada pela Companhia considera os efeitos de um aumento ou de uma redução de 5% entre o Real (R\$) e o dólar norte-americano (US\$) e entre o Real e o Euro (€), sobre a exposição cambial líquida em aberto na data das demonstrações financeiras. O impacto calculado considerando esta variação na taxa de câmbio atingiu R\$3.001 (R\$5.012 em 31 de dezembro de 2024) e R\$5.542 (R\$8.716 em 31 de dezembro de 2024) no consolidado, e representa uma receita se ocorrer uma valorização do real (R\$) perante o dólar norte-americano (US\$) e o euro (€) ou uma despesa no caso de uma desvalorização do real (R\$) perante o dólar norte-americano (US\$) e o euro (€). e) *Risco de taxa de juros*: Esse risco é oriundo das possíveis flutuações nas taxas de juros incidentes sobre os ativos e passivos financeiros da Companhia. Visando minimizar possíveis impactos advindos dessas oscilações, a Companhia adota a política de diversificação nas linhas de crédito, alternando a contratação com taxas variáveis como a Libor, Euribor, CDI e taxas fixas. Análise de sensibilidade das variações na taxa de juros: A Companhia possui exposição a riscos de taxas de juros em seus financiamentos. A análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros considera os efeitos de um aumento ou de uma redução de 2 (dois) pontos percentuais nominais sobre estes financiamentos em aberto na data das demonstrações financeiras. O impacto calculado considerando esta variação na taxa de juros atingiu R\$7.151 (R\$10.066 em 31 de dezembro de 2024), e R\$9.813 (R\$12.088 em 31 de dezembro de 2024) no consolidado, impactando a conta de despesas financeiras na demonstração de resultado. As taxas de juros específicas que a Companhia está exposta, as quais são relacionadas aos financiamentos, são apresentadas na Nota Explicativa nº 14, e são principalmente compostas por TJLP, Libor e Euribor. f) *Risco operacional*: Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia. O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação, buscar eficiência de custos bem como evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade. A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à Administração. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da Companhia para a administração de riscos operacionais nas seguintes áreas: • Exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações. • Exigências para a reconciliação e monitoramento de operações. • Cumprimento com exigências regulatórias e legais. • Documentação de controles e procedimentos. • Exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados. • Exigências de relatório prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas. • Desenvolvimento de planos de contingência. • Treinamento e desenvolvimento profissional. • Padrões éticos e comerciais. • Mitigação de risco, incluindo seguro quando eficaz. g) *Risco da estrutura de capital*: Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. A Companhia monitora o capital na visão consolidada, com base no índice de giro da dívida líquida (empréstimos e financiamentos, arrendamentos, instrumentos financeiros deduzidos de caixa e equivalentes de caixa) pelo EBITDA e liquidez corrente.

27. Contratos de seguros: A Companhia e sua controlada mantêm política de contratar cobertura de seguros, levando em conta a natureza e o grau de risco por montantes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus estoques e bens do ativo imobilizado.

28. Eventos subsequentes: A Companhia apresenta novas causas de ações trabalhistas iniciadas em 2026, sendo que há expectativa de perda considerada provável de R\$ 5.835 com base em informações de seus assessores jurídicos.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

EDUARDO BARRETTO MARTINS
Presidente

THOMAS OSTRAND ROSÉN
Vice-Presidente

YURI BRANCAGLION KEISERMAN
Conselheiro

FERNANDO ALBERTO LOPEZ PASCUAL
Conselheiro

CHRISTIAN OSTRAND ROSÉN
Conselheiro

PETER PAUL PORR
Conselheiro

DIRETORIA

LUCIANO VIVIAN VALCARENGHI
Diretor Presidente

EDUARDO EDINGER
Diretor Administrativo Financeiro

GABRIEL ZANATTA
Diretor Comercial

PRISCILA MARTIN DE OLIVEIRA
Diretora de Gente e Gestão

CLAITON ANTONIO GREGORY
Controlador - CRC RS - 060506/O-2

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos conselheiros, diretores e acionistas da Tanac S.A. - Em Recuperação Judicial

Abstenção de opinião: Fomos contratados para examinar as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Tanac S.A. - Em Recuperação Judicial ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Não expressamos uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e sua controlada pois, devido à relevância do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para abstenção de opinião", não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Base para abstenção de opinião: Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, em 09 de dezembro de 2025, a Companhia, juntamente com sua controlada Tanagro S.A. – Em recuperação Judicial, protocolo pedido de Recuperação Judicial, em 10 de dezembro de 2025, o Juízo competente deferiu o processamento da recuperação judicial. Em 13 de fevereiro de 2026, a Companhia apresentou seu Plano de Recuperação Judicial, que se encontra em fase de discussão com os credores e *stakeholders*, e cuja implementação depende da aprovação em Assembleia Geral de Credores, que não ocorreu até a presente data. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, Companhia e sua controlada incorreram em prejuízo de R\$48.645 mil, apresentando prejuízo acumulado de R\$138.913 mil na controladora e o consolidado, bem como, conforme balanço patrimonial nessa data, o passivo circulante individual e consolidado excedeu o total do ativo circulante individual e consolidado nos montantes de R\$332.178mil e R\$ 291.078 mil, respectivamente. As incertezas significativas acima detalhadas, não nos possibilitam concluir como, quando e por quais valores os ativos serão realizados e os passivos serão pagos. Eventos significativos futuros, que não podemos prever seu desfecho, gerarão impactos importantes nas operações da Companhia. Esses impactos podem afetar de maneira significativa a forma e os valores que esses ativos serão realizados e esses passivos serão pagos. A base de preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a realização dos ativos, bem como o adequado registro dos passivos e provisões, depende da conclusão e êxito do plano de recuperação judicial. Desta forma, não nos foi possível concluir se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia deveriam ser preparadas com base em um pressuposto de continuidade operacional ou se deveriam ser preparadas numa base de liquidação.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas: Nossa responsabilidade é a de conduzir uma auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e sua controlada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e emitir um relatório de auditoria. Contudo, devido ao assunto descrito na seção intitulada "Base para abstenção de opinião", não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Porto Alegre, 31 de agosto de 2026.

ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S. Ltda. - CRC SP-015199/F

ARTHUR RAMOS ARRUDA
Contador CRC-RS 096102/O